

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

EDITAL DO PREGÃO Nº 29/2006 - PREGOEIRO

RECIBO

Recebi do Pregoeiro o edital e seus anexos referentes ao **Pregão nº 29/2006**, cujo objeto aquisição mensal de até 390 (trezentos e noventa) litros de gasolina comum e 200 (duzentos) litros de óleo diesel comum, para Subseção de Juazeiro do Norte/CE, cuja respectiva sessão de abertura será no dia 25 de agosto de 2006, às 9:00 horas.

Fortaleza, 25 de agosto de 2006.

(Assinatura e carimbo da Empresa Licitante)

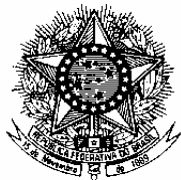
EMPRESA INTERESSADA:

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____

FONE/FAX: _____

E-MAIL: _____



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

EDITAL DO PREGÃO Nº 29/2006 - PREGOEIRO

A JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ, pelo presente edital, faz público, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria n.º 073, de 31 de julho de 2006, do Dr. AGNOR DA SILVA CARMO JÚNIOR, Diretor da Secretaria Administrativa, de acordo com a competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 52, de 06 de janeiro de 2006, do MM. Juiz Federal Diretor do Foro, para conhecimento de quem interessar possa, que no dia **25 de agosto de 2006, às 09:00 horas**, ou no 1º dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data, na Sala de Licitações no Prédio da Justiça Federal situado na Rua Arnóbio Bacelar Caneca, nº 860 – Lagoa Seca – Juazeiro do Norte/CE, CEP nº 66.040-270, realizará licitação na modalidade de **PREGÃO**, do tipo **MENOR PREÇO**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a aquisição mensal de até 390 (trezentos e noventa) litros de gasolina comum, e de 200 (duzentos) litros de óleo diesel comum, oportunidade em que se procederá o recebimento dos documentos de credenciamento, da “PROPOSTA COMERCIAL” (envelope 1) e da “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” (envelope 2), conforme as disposições contidas na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos n.os 3.693, de 20 de dezembro de 2000, e 3.784, de 06 de abril de 2001, bem como consoante o disposto na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicada subsidiariamente, e ainda nas condições e exigências estabelecidas neste edital, o qual consta no PA. Nº 1169/JUL/2006.

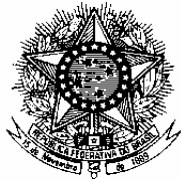
1.0 - No local indicado, serão realizados os procedimentos pertinentes a este **Pregão**, com respeito ao (à):

- 1.1- credenciamento dos representantes legais das **licitantes** interessadas em participar deste **Pregão**;
- 1.2- recebimento da declaração de habilitação e dos envelopes **Proposta** e **Documentação**;
- 1.3- abertura dos envelopes **Proposta** e exame da conformidade das propostas;
- 1.4- divulgação das **licitantes classificadas** e das **desclassificadas**;
- 1.5- condução dos trabalhos relativos aos lances verbais;
- 1.6- abertura do envelope **Documentação** da **licitante** detentora do menor preço e exame da habilitação;
- 1.7- devolução dos envelopes **Documentação** fechados às demais **licitante**, após a recebimento da nota de empenho pela **licitante vencedora**; e
- 1.8- outros que se fizerem necessários à realização deste **Pregão**.

2.0 - DA LEGISLAÇÃO

O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

- 2.1- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Instituto do **Pregão**;
- 2.2- Decreto nº 3.555, Anexo I, de 08.08.2000, e alterações posteriores - Regulamento do **Pregão**;
- 2.3- Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores - Lei de Licitações;
- 2.4- Demais exigências deste Edital e seus Anexos.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

3.0 – DA PUBLICIDADE

3.1 – O aviso deste Pregão será publicado no Diário Oficial da União, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 3.555/2000, e em meio eletrônico (Internet) – no endereço <http://www.jfce.gov.br> – onde também será disponibilizada a íntegra deste instrumento convocatório.

4.0 – DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1 – Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão, sob pena de decadência do direito de impugnação;

4.2 – As impugnações e/ou os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, na Sala de Licitação, no 6º andar - Edifício Raul Barbosa, situado na Praça Murilo Borges, nº 01 – Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP nº 60.035-210, de 2ª a 5ª feira, no horário das 12:00 às 18:00 horas, e na 6ª feira, das 08:00 às 13:00 horas.

5.0 – OBJETO

5.1 - A presente licitação tem por objeto, aquisição mensal de gasolina comum, e de óleo diesel comum, para abastecimento dos veículos da Subseção de Juazeiro do Norte/CE, sem obrigatoriedade de consumo mínima.

6.0 – ESPECIFICAÇÕES:

6.1 – Aquisição mensal de até 390 (trezentos e noventa) litros de gasolina comum e de 200 (duzentos) litros de óleo diesel comum, sem obrigatoriedade de consumo mínimo, com a finalidade de abastecimento dos veículos da Subseção Judiciária de Juazeiro do Norte e dos demais veículos da Justiça Federal no Ceará que por necessidade de serviço se desloquem até supracitada Subseção Judiciária.

7.0 - DOS ANEXOS

7.1 - Integram este edital:

Anexo I – Projeto Básico/Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Carta de Credenciamento;

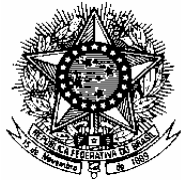
Anexo III – Modelo de Declaração de Cumprimento do Art. 7º, XXXIII da CF;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo para Habilitação e;

Anexo V – Minuta do Contrato.

8.0 – DA PARTICIPAÇÃO

8.1 – Poderão participar da presente licitação quaisquer empresas legalmente constituídas e especializadas com o objeto da licitação que apresentarem, as



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

09:00h do dia 25 de agosto de 2006, ao pregoeiro, em sessão pública, no endereço constante no preâmbulo deste edital:

- a) Os documentos de credenciamento, **em separado dos envelopes 1 e 2**;
- b) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo p/ Habilitação (deve ser apresentada juntamente com os documentos de credenciamento);
- c) A proposta de preços - (envelope 1);
- d) Os documentos de habilitação - (envelope 2).

8.2 – Não poderão participar desta licitação as empresas:

8.2.1 - cuja falência tenha sido decretada, em concurso de credores, em dissolução, em liquidação e em consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

8.2.2 - que por qualquer motivo tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, regida pela Lei nº 8.666/93.

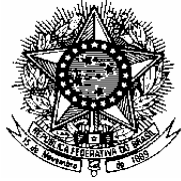
9.0 - DO CREDENCIAMENTO

9.1 – No local, data e hora indicadas no preâmbulo deste edital e na presença do Pregoeiro, será realizado o credenciamento do interessado ou seu representante legal. Para tanto, **OBRIGATORIAMENTE**, será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

9.1.1 - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando o licitante for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica;

9.1.2- procuração particular ou carta de credenciamento, COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO, ou ainda cópia de traslado de procuração por instrumento público, estabelecendo poderes para representar o licitante expressamente quanto à formulação de propostas e a praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na hipótese de representação por meio de preposto. Caso haja opção pela carta de credenciamento, poderá ser utilizado o modelo anexo a este edital;

9.2 - o representante de licitante presente à sessão **deverá** entregar ao Pregoeiro o documento de credenciamento juntamente com a respectiva cédula de identidade ou equivalente, **em separado dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”**;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

9.3 - os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original, os quais farão parte do processo licitatório, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou autenticada por servidor desta Seção Judiciária, inclusive o Pregoeiro ou membro de sua equipe de apoio no decorrer da sessão de licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial, observados sempre os respectivos prazos de validade;

9.4 - a cada licitante que participar do certame será permitido somente um representante para se manifestar em nome do representado, desde que autorizado por documento de habilitação legal, vedada a participação de qualquer interessado representando mais de um licitante. Referido representante poderá ser acompanhado por outras pessoas, que poderão assessorá-lo, sendo vedado à manifestação de qualquer natureza por essas outras pessoas;

9.5 - a não apresentação ou incorreção de qualquer documento de credenciamento, bem assim o não comparecimento do licitante ou de seu representante legal à sessão, não **inviabilizará a participação** do(s) licitante(s) no certame. Neste caso, o(s) portador(es) dos envelopes poderá(ão) assistir apenas como ouvinte(s), não podendo rubricar documentos ou fazer qualquer observação em ata ou mesmo de se manifestar ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos;

9.6 - **todos** os representantes dos licitantes deverão permanecer na sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinando a ata respectiva.

9.7 - Não se admitirá posterior complementação da documentação.

10.0 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

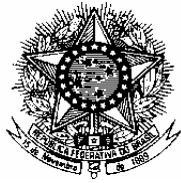
10.1 - A proposta de preço deverá:

10.1.1 - ser apresentada em envelope lacrado, trazendo em sua parte externa dizeres como os seguintes:

**"Ao pregoeiro da
Justiça Federal do Ceará
Pregão nº 29/2006
Envelope 1 - PROPOSTA DE PREÇOS
(razão social ou nome comercial do licitante e endereço)"**

10.1.2 - preencher, necessariamente, os seguintes requisitos:

- a) Estar datilografada ou impressa através de edição eletrônica de textos em português;
- b) Conter o valor unitário por litro de gasolina comum e de óleo diesel em moeda corrente nacional;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

c) Estar datada e assinada por pessoa **juridicamente habilitada**;

11.0 - DA ACEITAÇÃO TÁCITA:

11.1 – os preços apresentados devem:

- a) refletir os de mercado no momento;
- b) compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, tarifas, fretes, seguros, etc.; e
- c) ser irrevogáveis durante a validade da proposta;

11.3 - o prazo para início do fornecimento será de acordo com as necessidades da Justiça Federal no Ceará;

11.4 – o prazo de validade da proposta será de no 60 (sessenta) dias, a partir da data da proposta;

11.5 – uma vez abertas às propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas. Não serão consideradas as propostas que contenham entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões que não estejam ressalvados;

11.6 – o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, observadas as condições previstas no subitem **14.7** e **14.8** deste edital, implicará na **desclassificação** do licitante;

12.0 – DA HABILITAÇÃO

12.1 – A documentação de habilitação deverá:

12.1.1 - ser apresentada em envelope lacrado, trazendo em sua parte externa dizeres como os seguintes:

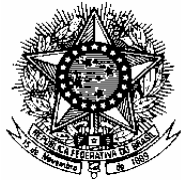
**“Ao pregoeiro da
Justiça Federal do Ceará
Pregão n° 29/2006
Envelope 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
(razão social ou nome comercial do licitante e endereço)”**

12.1.2 – constar do seguinte:

a) DA REGULARIDADE FISCAL

A comprovação da regularidade fiscal será efetivada através dos seguintes documentos:

a.1) de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União);



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

a.2) de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da empresa licitante;

a.3) de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS); e

a.4) de regularidade relativa com FGTS.

b) declaração, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

12.2 - os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, os quais farão parte do processo licitatório, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou autenticado por servidor desta Seção Judiciária, inclusive o pregoeiro ou membro de sua equipe de apoio no decorrer da sessão de licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial, observados sempre os respectivos prazos de validade;

12.3 – todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento das mensalidades, se for o caso):

12.3.1 – se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

12.3.2 – se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial:

12.3.2.1 - Exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais;

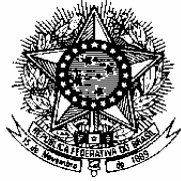
12.3.2.2 - Quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, **devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização;**

12.3.2.3 – No caso de pessoa jurídica, a certidão será emitida em nome do estabelecimento matriz, ficando condicionada à regularidade fiscal de todos os estabelecimentos filiais.

12.3.3 – se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

12.3.4 – serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

12.4 – o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, observadas as condições previstas no subitem 14.7 e 14.8 deste edital, implicará na inabilitação do licitante;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

13.0 - DO PROCEDIMENTO

13.1 - No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Depois da hora marcada, nenhum documento e/ou proposta serão recebidos pelo Pregoeiro, pelo que se recomenda que todos os interessados em participar da licitação estejam no local designado 15 (quinze) minutos antes do referido horário, bem como de propostas/documentação que não se façam acompanhar de representante do licitante devidamente credenciado;

13.2 - Aberta à sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao pregoeiro, os documentos de credenciamento, da declaração de inexistência de fato impeditivo para a habilitação e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

13.3 - O pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;

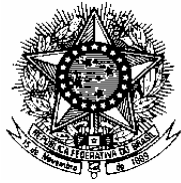
13.4 - Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

13.5 - Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

13.6 - O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor. Dos lances ofertados não caberá retratação;

13.7 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

13.8 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

13.9 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

13.10 - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou nos dados cadastrais da Administração, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão;

13.11 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

13.12 - Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

13.13 - Nas situações previstas nos incisos 7.8, 7.9 e 7.12, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

13.14 - A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de três dias úteis;

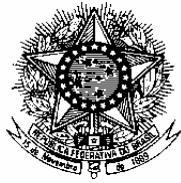
13.15 - O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo;

13.16 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

13.17 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;

13.18 - Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;

13.19 - Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos incisos 7.15 e 7.16;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

13.20 - Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no inciso 7.19;

13.21 - o Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes dos demais licitantes contendo os "Documentos de Habilitação". Após 10 (dez) dias úteis da homologação da licitação, as empresas poderão retirá-los no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inutilização dos mesmos;

13.22 - da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, sendo esta assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

14.0 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1 - Esta licitação é do tipo **menor preço**, em estrita observância do disposto no inciso V do art. 8º do Decreto nº 3.555/2000;

14.2 - serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências e condições deste edital;

14.3 - será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresente o **MENOR PREÇO**;

14.4 - havendo absoluta igualdade de valores entre duas ou mais propostas classificadas, após os lances verbais, se for o caso, o pregoeiro procederá ao desempate, através de sorteio, na forma do disposto no § 2º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93;

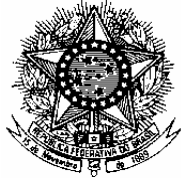
14.5 - no caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso informado pelo licitante, prevalecerá este último.

14.6 - O Critério de aceitabilidade dos preços será efetuada por item.

15.0 - DO DIREITO DE PETIÇÃO

15.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, podendo juntar memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos;

15.2 - o(s) recurso(s), que não terá(ão) efeito suspensivo, será(ão) dirigido(s) à autoridade superior, MM. Juiz Federal Diretor do Foro, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 5 (cinco) dias úteis ou, nesse período,



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

encaminhá-lo(s) à autoridade superior, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo;

15.3 - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

15.4 - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a presente licitação para determinar a contratação;

15.5 - a falta de manifestação imediata e motivada do(s) licitante(s) na sessão importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao(s) vencedor(es).

16.0 - DA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO MATERIAL

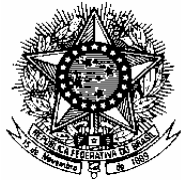
16.1 - Homologado o julgamento, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho, devendo fazê-lo respectivamente, no prazo de cinco dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período, conforme estatui o parágrafo primeiro do art. 64 da Lei nº 8.666/93, sob pena de sujeitar-se às sanções legais previstas neste edital;

16.2 - o fornecimento do material descrito na proposta de preços do licitante vencedor será providenciado de acordo com as necessidades da Justiça Federal, sem obrigatoriedade de consumo mínimo, após a emissão da Nota de Empenho e respectivo contrato;

16.3 - como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, inclusive será confirmada a situação de regularidade para com a seguridade social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

16.5 - caso o licitante tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração.

16.6 - quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato da emissão da Nota de Empenho, ou recusar-se a retirar a mesma, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no subitem **7.15** acima.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

17.0 - DO PREÇO, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 – A Justiça Federal do Ceará pagará ao(s) licitante(s) vencedor(es) o valor constante na sua(s) proposta(s) de preços, considerados os eventuais lances verbais apresentados, já acrescido de todas as despesas (impostos, tarifas, taxas, etc.).

17.2 - a despesa decorrente da presente licitação, classificada no Programa de Trabalho Julgamento de Causas(02.061.0569.4257.0001) e no Elemento de Despesa 3390.30, correrá por conta de recursos específicos consignados no Orçamento da União no exercício em curso;

17.3 – na forma do disposto na Instrução Normativa Conjunta SRF nº 4, de 18 de agosto de 1997, alterada pela IN nº 28, de 1º de março de 1999, serão retidos, na fonte, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP, sobre o(s) pagamento(s) efetuado(s) ao(s) licitante(s) vencedor(es);

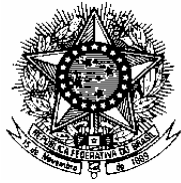
17.4 - caso o(s) licitante(s) vencedor(es) seja(m) optante(s) pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, este(s) não ficará(ão) sujeito(s) à retenção prevista na Instrução Normativa mencionada no subitem anterior, bastando para tanto informar à Seção Financeira da JFCE a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

17.5 – o pagamento deverá ser realizado mês a mês, mediante a apresentação do 1º ao 5º dia útil do mês subsequente ao do fornecimento do material, de nota fiscal e comprovante de abastecimento, sendo que o pagamento só se efetivará após confirmada a situação de regularidade para com a seguridade social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempos de Serviço (FGTS);

17.6 - salvo eventuais atrasos na liberação de recursos por parte do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Órgão hierarquicamente superior, o pagamento será efetuado através de ordem bancária, no prazo de até 10(dez) dias úteis, a contar da atestação da Nota Fiscal/Fatura pelo Supervisor da Seção de Apoio Administrativo e Serviços Gerais. Para tanto, o(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) apresentar referida Nota Fiscal/Fatura com indicação da conta corrente e respectiva agência bancária;

17.7 - havendo atraso no pagamento da Nota Fiscal/Fatura por parte da Justiça Federal do Ceará, o emitente poderá solicitar a atualização financeira do respectivo valor, desde a data final do período de adimplemento, aplicando-se o índice da Taxa Referencial – TR “pro-rata temporis” e a seguinte fórmula, prevista no art. 10 do Decreto nº 1.054, de 07.02.94:

$$AF = [(1 + TR/100)^{N/30} - 1] \times VP, \text{ onde:}$$



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

AF = atualização financeira;
TR = percentual atribuído à Taxa Referencial - TR, com vigência a partir do final do prazo estabelecido para pagamento;
N = número de dias entre a data final do prazo para pagamento e a do efetivo pagamento; e
VP = valor a ser pago.

18.0 - DAS PENALIDADES

18.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a contratada às sanções da Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo;

18.2. Estará a contratada sujeita às seguintes penalidades, de aplicação independente e cumulativa, sem prejuízo de outras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, ou no presente contrato;

18.2.1. Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do item empenhado por dia de atraso, devido à inexecução parcial pela demora na entrega do objeto;

18.2.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do item empenhado, devido à não entrega do objeto conforme as especificações do edital, bem como penalidade de advertência e rescisão contratual;

18.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do item empenhado, em virtude da inexecução total pelo não fornecimento do objeto, além da penalidade de advertência;

18.2.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente, na hipótese de ocorrência do previsto no item 12.2.1, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, além de rescisão contratual;

18.2.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente, caso não compareça para receber a respectiva nota de empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caracterizando, por esta conduta, o descumprimento total da obrigação assumida.

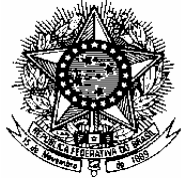
18.3. As multas de que tratam os itens anteriores serão creditadas à Conta do Tesouro da União, e serão exigidas administrativa ou judicialmente, através do rito executivo fiscal (Lei nº 6.830/80), com todos os seus encargos;

18.4. Prorrogações ocorridas em virtude de expressa concessão ou impedimento ocasionados pela Administração, de caso fortuito ou força maior não constituirão fundamentos para a sujeição da contratada à penalidade de multa;

18.5. A imposição de multa ou qualquer outra penalidade não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

18.6 - demais sanções previstas na Seção II, capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber;

18.7 - o licitante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, e, se for o caso, descredenciado no SICAF pelos órgãos competentes, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;

19.0 - DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

Reserva-se à Justiça Federal a faculdade de revogar, por razões de interesse público, ou anular, por ilegalidade a presente licitação, bem como o direito de adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e/ou abertura das propostas, descabendo em tais casos qualquer indenização às licitantes.

20.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Após a declaração do(s) vencedor(es) da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pelo MM. Juiz Federal Diretor do Foro, autoridade máxima do Órgão;

20.1.1 - no caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao mesmo, a autoridade incumbida da decisão adjudicará o objeto licitado;

20.2 - o(s) adjudicatário(s) obriga(m)-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto da presente licitação, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

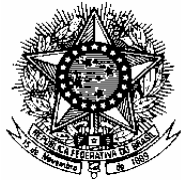
20.3 - a Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 18 do Decreto nº 3.555/2000;

20.4 - decairá do direito de impugnar os termos deste edital o interessado que o tendo aceito sem objeção, venha, após julgamento desfavorável, apresentar falhas ou irregularidades que o viciem;

20.5 - a participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das respectivas exigências e condições;

20.6 - o pregoeiro, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo;

20.7 - não serão considerados motivos para desclassificação, simples omissões ou erros materiais na proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos dos demais licitantes;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

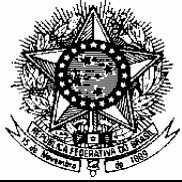
20.8– as normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação/fornecimento;

20.9 - os casos omissos nesta licitação serão resolvidos pelo pregoeiro, que se baseará nas disposições contidas nas legislações citadas no preâmbulo deste edital;

20.10 - um exemplar do presente edital estará afixado no quadro de avisos da recepção do edifício-sede desta Seção Judiciária, cujo endereço encontra-se no preâmbulo acima. Informações adicionais poderão ser prestadas pelo telefone (85) 452-2715 ou fax (85) 3452-2725, de segunda a quinta-feira, no horário de 12:00 às 18:00h e às sextas-feiras, das 08:00 às 13:00 horas.

Fortaleza (CE), 16 de agosto de 2006.

Agnor da Silva Carmo Júnior
Diretor da Secretaria Administrativa



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

L

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO DO NORTE
SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS GERAIS

FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

PROJETO BÁSICO

Considerando-se o disposto nos Artigos 14 e 15 da Lei nº 8.666/93, no sentido de padronizar os elementos necessários à aquisição de combustível para a Justiça Federal no Ceará, Subseção Judiciária de Juazeiro do Norte, seguem abaixo as diretrizes básicas que servirão de referência para o futuro contrato.

1.0 - DO OBJETO:

1.1- O presente Projeto Básico destina-se à aquisição mensal de até 390 (trezentos e noventa) litros de gasolina comum, e de 200 (duzentos) litros de óleo diesel comum, sendo 300 (trezentos) litros com a finalidade de abastecimento dos veículos oficiais da Subseção Judiciária de Juazeiro do Norte da Justiça Federal no Ceará bem como 90 (noventa) litros de gasolina comum para reabastecimento dos demais veículos oficiais da Justiça Federal, que por necessidade do serviço realizem viagens à Cidade de Juazeiro do Norte - CE.

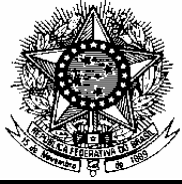
2.0 - DA JUSTIFICATIVA:

2.1- A aquisição dos combustíveis, objeto deste Projeto Básico, visa a manter o indispensável abastecimento, durante o segundo período do ano de 2006, dos veículos pertencentes a esta Subseção, bem como a reabastecer os demais veículos oficiais da Justiça Federal que, por necessidade de serviço, realizam viagens a esta cidade, a fim de dar continuidade aos imprescindíveis serviços de transporte, indispensáveis à função de apoio às demais atividades executadas nesta Subseção.

3.0 - DO VALOR DA DESPESA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1- Levando-se em conta a pesquisa de preços realizada por esta supervisão conforme propostas em anexo e tomando-se por base o menor valor de mercado cotado para o litro de gasolina comum, notadamente R\$ 2,84 (dois reais e oitenta e quatro centavos), e para o litro de óleo diesel comum, R\$ 1,97 (um real e noventa e sete centavos), estima-se que a despesa mensal referente ao objeto supracitado poderá atingir o valor máximo de 1.824,00 (um mil, oitocentos e vinte e quatro reais).

3.2- O pagamento deverá ser realizado mês a mês, mediante apresentação, por parte da empresa vencedora, junto à Justiça Federal, do 10 ao 5º dia útil do mês subsequente ao do fornecimento do material, de nota fiscal e comprovante de abastecimento, (Autorizações para Abastecimento de Veículo Oficial, em consonância com o estabelecimento no item 5.4 deste projeto), de acordo com o consumo de nossa frota no respectivo período.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

4.0 - DA VALIDADE DO CONTRATO:

4.1- O contrato ora proposto valerá até o dia 31 de dezembro de 2006, iniciando-se no referido ano, a partir da assinatura do contrato.

5.0 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

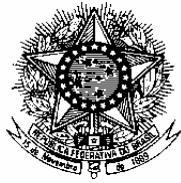
5.1- O material, objeto deste Projeto Básico, deverá ser fornecido pela empresa que oferecer o menor preço, de forma gradativa e parcelada, de acordo com a necessidade mensal dos nossos veículos oficiais e sem obrigatoriedade de consumo mínimo, durante o período de vigência do contrato, mediante a entrega, por parte do responsável pelo respectivo veículo oficial, junto à empresa fornecedora, de uma Autorização para Abastecimento de Veículo Oficial, quantificada em litros, referente ao mês em curso, relativa a cada veículo que necessitar ser abastecido.

5.2- . A Contratada realizará o fornecimento na forma definida no subitem anterior, 05 (cinco) dias por semana, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 20h00 (vinte) horas. E, na hipótese de uma necessidade extraordinária, o fornecimento do combustível poderá ser feito fora do horário e do dia determinados neste item, mediante Autorização de Abastecimento de Veículo Oficial – Extra, devidamente assinada pelo(a) Supervisor(a) da Seção de Apoio Administrativo e Serviços Gerais desta Subseção.

5.3- Por ocasião do abastecimento, eventualmente, poderá ocorrer que a quantidade de combustível expressa na respectiva Autorização para Abastecimento de Veículo Oficial seja superior ao, naquele momento, comportável pelo tanque do veículo a ser abastecido. Neste caso, após o abastecimento, a empresa deverá fornecer ao condutor do respectivo veículo documento referente ao excedente de combustível (haver), expresso em litros, que servirá como crédito para posterior abastecimento daquele veículo.

5.4- As Autorizações para Abastecimento de Veículo Oficial somente poderão ser aceitas pela empresa, se estiverem completamente preenchidas com todos os respectivos dados e assinadas pelo supervisor da Seção de Apoio Administrativo e Serviços Gerais da Subseção Judiciária da Justiça Federal e pelo servidor responsável pelo veículo, além de estarem devidamente datadas (com a data do abastecimento) e principalmente dentro do período de validade das mesmas, que corresponderá ao mês em curso. Por ocasião do abastecimento, o funcionário responsável pela empresa também deverá rubricá-las no campo a este fim destinado. Os "haveres" continuarão valendo sem contagem de tempo, ou seja, sem qualquer restrição quanto à validade deles, até que seja exaurido o total do crédito relativo aos mesmos.

5.5- As Autorizações para Abastecimento de Veículo Oficial e os "haveres" somente deverão ser utilizados e aceitos pela empresa fornecedora do combustível para o abastecimento dos veículos Oficiais da Justiça Federal, sendo absolutamente vedado o abastecimento de quaisquer veículos particulares, bem como a troca dessas autorizações ou haveres por qualquer outro material ou serviço.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

6.0 - DAS PENALIDADES

'''

6.1- O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a contratada às sanções da Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo;

6.2- Estará a contratada sujeita às seguintes penalidades, de aplicação independente e cumulativa, sem prejuízo de outras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, ou no presente contrato;

6.3. Multa de 0,1 % (um décimo por cento) sobre o valor do item empenhado por dia de atraso, devido à inexecução parcial pela demora no fornecimento do objeto;

6.3- Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do item empenhado, devido ao não fornecimento do objeto conforme as especificações do edital, bem como penalidade de advertência e rescisão contratual;

6.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do item empenhado, em virtude da inexecução total pelo não fornecimento do objeto, além da penalidade de advertência;

6.5-. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente, caso não compareça para receber a respectiva nota de empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caracterizando, por esta conduta, o descumprimento total da obrigação assumida;

6.7- As multas de que tratam os itens anteriores serão creditadas à Conta do Tesouro da União, e serão exigidas administrativa ou judicialmente, através do rito executivo fiscal (Lei nº 6.830/80), com todos os seus encargos;

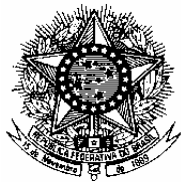
6.7- Prorrogações ocorridas em virtude de expressa concessão ou impedimento ocasionados pela Administração, de caso fortuito ou força maior não constituirão fundamentos para a sujeição da contratada à penalidade de multa;

6.8- A imposição de multa ou qualquer outra penalidade não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato;

6.9- Demais sanções previstas na Seção li, capítulo IV, da Lei N°. 8.666/93, no que couber.

Juazeiro do Norte, 08 de agosto de 2006.

Almerinda Gondim de Souza
Supervisara da Seção de Apoio Administ. e Serviços Gerais



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

ANEXO II – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(usar papel timbrado da empresa)

Local e data

Ao
Pregoeiro da Justiça Federal do Ceará
Juazeiro do Norte (CE)

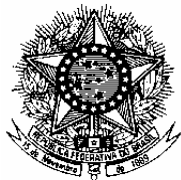
Senhor Pregoeiro,

Pela presente, designamos o Sr.(a) CPF N°....., portador(a) da carteira de identidade nº, expedida pela SSP do Estado de, para nos representar no processo licitatório relativo ao Pregão nº 29/2006, podendo o mesmo formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, e, ainda, rubricar documentos, renunciar o direito de recurso e impugnação à recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, retirar Nota de Empenho e, enfim, praticar todos os atos inerentes à referida licitação.

Atenciosamente,

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(com firma reconhecida em Cartório)

OBSERVAÇÃO – O presente documento **deverá** vir acompanhado, conforme o caso, de um dos documentos citados no subitem 4.1.1 do edital, para fins de confirmação de poderes para subscrevê-lo.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO
XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

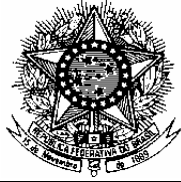
(usar papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa
_____, CNPJ n.º _____, com
endereço na Avenida/Rua _____, não mantém em
seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na
condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do **inciso XXXIII do art. 7º da
Constituição Federal de 1988 (Lei n. 9.854/99)** a habilitação no presente certame
da empresa

Fortaleza(CE), ____ de _____ de 2006.

Assinatura do responsável
CPF n.º _____



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO P/
HABILITAÇÃO**

DECLARAÇÃO

Declaro, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/2002, para efeito de participação no processo licitatório pertinente ao Pregão 29/2006, que a empresa abaixo identificada cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

A presente declaração é feita sob as penas da Lei.

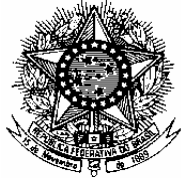
EMPRESA: _____

CNPJ/MF: _____

_____, ____ de _____ de 2006.

Assinatura do Representante Legal da Empresa.

OBSERVAÇÃO - A presente declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa licitante e ser apresentada juntamente com a documentação do credenciamento



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

ANEXO V

MINUTA

CONTRATO Nº XX/2006

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GASOLINA E ÓLEO DIESEL PARA ENTREGA DE FORMA PARCELADA, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO FEDERAL, ATRAVÉS DA JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ, COMO **CONTRATANTE**, E A EMPRESA, COMO **CONTRATADA**, TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO Nº 1169/2006.

Aos dias do mês de do ano de 2006 (dois mil e seis), de um lado a **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NO ESTADO DO CEARÁ**, inscrita no CGC/MF nº 05.424.487/0001-53, com sede instalada no Edifício Raul Barbosa, s/n, Praça Murilo Borges, Centro, na Cidade de Fortaleza, Capital do Estado de Ceará, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo MM. Juiz Federal Diretor do Foro, , **Dr. DANILO FONTENELLE SAMPAIO**, no uso de suas atribuições, e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida em....., daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por, Sr....., CPF nº, no uso de suas atribuições, celebram o presente contrato de fornecimento de gasolina e óleo diesel, de forma parcelada, nos termos da Lei 8.666/93 e do Pregão nº 29/2006, e que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de gasolina comum e de óleo diesel comum.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Aquisição mensal de até 390 (trezentos e noventa) litros de gasolina comum e de 200 (duzentos) litros de óleo diesel comum, sem obrigatoriedade de consumo mínimo, com a finalidade de abastecimento dos veículos da Subseção Judiciária de Juazeiro do Norte e dos demais veículos da Justiça Federal no Ceará que por necessidade de serviço se desloquem até supracitada Subseção Judiciária.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, naquilo que não o contrariem: O Projeto Básico, o Edital do Pregão 29/2006 e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência deste contrato terá início a partir da data de sua assinatura e findará em 31.12.2006.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

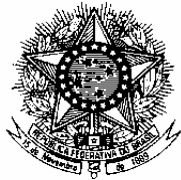
A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento federal de 2006 no Programa de Trabalho 02.061.0569.4257.0001 e elemento de despesa 3390.30, Nota de Empenho nº, de, no valor de R\$

CLÁUSULA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

À execução do presente contrato e especialmente aos casos omissos aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e suas alterações

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. O material objeto da presente contratação deverá ser fornecido pela Contratada, de forma gradativa e parcelada, de acordo com a necessidade mensal de consumo da Contratante, mediante a entrega, por parte do responsável pelo respectivo veículo oficial junto à empresa fornecedora, de uma



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

Autorização para Abastecimento de Veículo Oficial, quantificada em litros, referente ao mês em curso, relativa a cada veículo que necessitar ser abastecido;

6.2. A Contratada realizará o fornecimento na forma definida no subitem anterior, 05 (cinco) dias por semana, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 08 (oito) e 20 (vinte) horas. E na hipótese de uma necessidade extraordinária, o fornecimento do combustível poderá ser feito fora do horário e do dia determinados neste subitem, mediante Autorização de Abastecimento de Veículo Oficial – Extra, devidamente assinada pelo(a) Supervisor(a) da Seção de Apoio Administrativo e Serviços Gerais da Subseção Judiciária de Juazeiro do Norte;

6.3. Por ocasião do abastecimento, poderá ocorrer que a quantidade de combustível expressa na respectiva **Autorização de Abastecimento de Veículo Oficial** seja superior ao comportável pelo tanque do veículo a ser abastecido. Neste caso, após o abastecimento, a empresa deverá fornecer ao condutor do respectivo veículo documento referente ao excedente de combustível (haver), **expresso em litros**, que servirá como crédito para posterior abastecimento daquele veículo.

6.4. As autorizações para Abastecimento de Veículo Oficial somente poderão ser aceitas pela empresa se estiverem completamente preenchidas com todos os respectivos dados e assinadas pelo Supervisor da Seção de Apoio Administrativo e Serviços Gerais da Subseção Judiciária da Justiça Federal em Juazeiro do Norte e pelo servidor responsável pelo veículo, além de estarem devidamente datadas (com a data do abastecimento) e principalmente dentro do período de validade das mesmas, que corresponderá ao mês em curso. Por ocasião do abastecimento o funcionário responsável pela empresa também deverá rubricá-las, no campo a este fim destinado. Os “haveres” continuarão valendo, sem contagem de tempo, até que seja exaurido o total do crédito relativo aos mesmos.

6.5. As autorizações para Abastecimento de Veículo oficial e os “haveres” somente deverão ser utilizados e aceitos pela empresa fornecedora do combustível para o abastecimento dos veículos Oficiais da Justiça Federal no Ceará, sendo absolutamente vedado o abastecimento de quaisquer veículos particulares, bem como a troca destas autorizações ou haveres por qualquer outro material ou serviço

6.6. Entregar a contratante prova de **quitação** relativa à Seguridade Social, através de **Certidão Negativa de Débito - CND**, emitida pelo INSS e prova de **quitação** relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através de certidão - CRF, emitida pela CEF, e, ainda prova de regularidade com a Fazenda Federal e Municipal, sempre que aquelas apresentadas anteriormente percam sua validade;

6.7. Indenizar a administração e terceiros por prejuízos que venha a sofrer em função de dolo ou culpa por parte de seus empregados;

6.8. Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da contratante;

6.9. Emitir Nota Fiscal relativa ao quantitativo de gasolina e óleo diesel, fornecida no mês e entregar até o 5º dia útil do mês subsequente para pagamento, juntamente com os comprovantes de abastecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar suas atividades dentro das normas do contrato firmado;

7.2. Efetuar o pagamento dentro do prazo estipulado, salvo por insuficiência de recursos financeiros.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

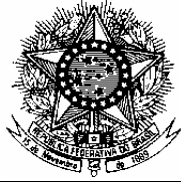
As alterações que porventura possam ocorrer deverão atender ao disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO PREÇO

Os preços do litro da gasolina comum e do litro do óleo diesel comum, já acrescidos de todas as despesas, como: taxas, seguros, salários, impostos, encargos sociais e demais ônus são, respectivamente, R\$ e R\$

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado mês a mês, mediante apresentação de nota fiscal e comprovantes de abastecimento, devendo efetivar-se através de ordem bancária e em moeda corrente do País, no prazo de até 10 dias, contados da data do atesto da respectiva Nota Fiscal/Fatura.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

10.2. Em caso de imposição de multa à Contratada, nenhum pagamento ser-lhe-á efetuado antes de ser paga, depositada ou relevada a multa imposta.

10.3. O pagamento somente poderá ser efetuado após atestada a conformidade do fornecimento pelo setor responsável, de acordo com as exigências contratuais.

10.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **licitante** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, e salvo por insuficiência de recursos orçamentários, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **Justiça Federal no Ceará**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo

pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \Rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \Rightarrow I = 0,00016438$$

TX - Percentual da taxa anual = 6%

10.5 - A compensação financeira prevista nesta condição será incluída, a requerimento do interessado, na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. No caso de descumprimento das condições estabelecidas por parte da **CONTRATADA**, ou o fizer fora das especificações e/ou condições avençadas, a contratante poderá rescindir o contrato e aplicar as disposições contidas na seção V do capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações.

11.2. Na hipótese de ocorrer a sua rescisão administrativa, são assegurados à Justiça Federal os direitos previstos no artigo 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitarão a contratada às sanções da Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo;

12.2. Estará a contratada sujeita às seguintes penalidades, de aplicação independente e cumulativa, sem prejuízo de outras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, ou no presente contrato;

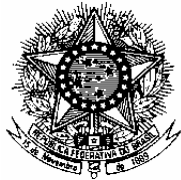
12.2.1. Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do item empenhado por dia de atraso, devido à inexecução parcial pela demora na entrega do objeto;

12.2.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do item empenhado, devido à não entrega do objeto conforme as especificações do edital, bem como penalidade de advertência e rescisão contratual;

12.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do item empenhado, em virtude da inexecução total pela não entrega do objeto, além da penalidade de advertência;

12.2.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente, na hipótese de ocorrência do previsto no item 12.2.1, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, além de rescisão contratual;

12.2.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente, caso não compareça para receber a respectiva nota de empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caracterizando, por esta conduta, o descumprimento total da obrigação assumida.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ
PREGOEIRO

12.3. As multas de que tratam os itens anteriores serão creditadas à Conta do Tesouro da União, e serão exigidas administrativa ou judicialmente, através do rito executivo fiscal (Lei nº 6.830/80), com todos os seus encargos;

12.4. Prorrogações ocorridas em virtude de expressa concessão ou impedimento ocasionados pela Administração, de caso fortuito ou força maior não constituirão fundamentos para a sujeição da contratada à penalidade de multa;

12.5. A imposição de multa ou qualquer outra penalidade não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

12.6 – Demais sanções previstas na Seção II, capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

À execução do presente contrato e especialmente aos casos omissos aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e suas alterações

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93, o presente contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Está eleito o Juízo Federal da Seção Judiciária do Ceará, para dirimir as questões derivadas do presente contrato.

E por estarem assim ajustadas, foi lavrado o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes **CONTRATANTES** e pelas testemunhas abaixo firmadas.

Fortaleza, de 2006

DANILO FONTENELLE SAMPAIO

Juiz Federal Diretor do Foro

CONTRATADA

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME:

NOME:

CPF:

CPF: